ISSN Impresso 1809-3280 | ISSN Eletrônico 2177-1758
www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas

DIREITO E LIBERDADE

A CONCEPÇÃO DE TEMPO NO LIVRO XI DAS *CONFISSÕES* DE SANTO AGOSTINHO

THE CONCEPTION OF TIME IN THE BOOK XI OF THE *CONFESSIONS* OF SAINT AUGUSTINE

Antônio Jorge Soares*

RESUMO: A natureza do tempo tem desafiado a sagacidade de quem ousa dela tratar. Magos, astrólogos, teólogos, filósofos, astrônomos e físicos têm experimentado o gosto amargo de que suas conjecturas são apenas aproximações. Santo Agostinho é o primeiro a tratar seriamente da natureza do tempo, notadamente no Livro XI de *Confissões*. Ali, ao enfrentar as teses maniqueístas, delineia algumas das mais deliciosas páginas de boa e de pura filosofia. No presente texto, uma contextualização histórica e uma localização analítica da temática central antecipam a primeira explicação sobre como Deus teria tirado o céu e a terra do nada, e as conjecturas de Agostinho a respeito do tempo.
Palavras-chave: Santo Agostinho. Confissões. Livro XI. Tempo. Memória.

ABSTRACT: The nature of time has challenged the astuteness of those who dare to treat it. Magicians, astrologers, theologians, philosophers, astronomers and physicists have experienced the bitter taste that their assumptions are only approximations. St. Augustine is the first to seriously address the nature of time, especially in the Book XI of *Confessions*. There, facing the Manichaean thesis he outlines some of the most delicious pages of good and pure philosophy. In this paper, a historical background and an analytical location of the central theme anticipate the first explanation of how God would have taken the heaven and the earth out of nothing as well as the conjectures of Augustine about time.
Keywords: St. Augustine. Confessions. Book XI. Time. Memory.

* Doutor em Filosofia da Educação e Mestre em Lógica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Tutor do Núcleo de Estudos sobre o Meio Ambiente, Cidadania e Processo – NEMA da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Mossoró – Rio Grande do Norte - Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A busca pela compreensão da natureza do tempo não é uma preocupação recente. Tudo indica que ela está intimamente vinculada à humanidade desde as primeiras conjecturas a respeito da situação e do papel do homem como habitante da Terra. Todavia, a concepção da natureza do tempo foi se modificando à medida que o homem deixava de ser nômade para ser habitante da cidade-estado; de ser pastor para ser agricultor; de ser agricultor para ser artesão; de ser artesão para ser fabricador de excedentes, homem de negócios e inventor; de ser inventor para ser homem de ciência; da física de Newton para a física relativista e quântica. Perpassando esses modos de vida, o tempo vem sendo concebido como algo cíclico, como algo linear ou contínuo, como algo psicológico, biológico ou astronômico.

Com efeito, a adoção da vida nômade fez o homem conceber o tempo como algo contínuo, mas, ao adotar a vida sedentária de agricultor, o tempo passou a ser visto como algo associado "ao ciclo imutável do solo" (WHITROW, 2005, p. 25) e, na tentativa de antever o que iria acontecer, atribuiu aos astros celestes certos poderes que influenciariam as atividades do homem na Terra. Caldeus e babilônios acreditavam que cada astro daqueles era um deus, e cada deus carregava uma carga em sua trajetória nos céus. Cada astro-deus conduzia sempre a mesma carga, de modo que a influência que exercia era sempre a mesma. Quando, porém, ocorriam conjunções de astros no céu, os sacerdotes apressavam-se em fazer interpretações. Ora, retirando-se a Terra e as chamadas Estrela Fixas, restavam no firmamento sete astros. Uma vez que sete era tido como um número mágico, adotou-se a semana de sete dias, sendo cada dia nomeado por um astro, como se vê ainda hoje na língua espanhola: *lunes* – (segunda-feira), *martes* (terça-feira), *miércoles* (quarta-feira), *júpiter* (quinta-feira), *viernes* (sexta-feira), *sábado e domingo*; em inglês ainda se encontram alguns resquícios desta tradição: saturn-day (*saturday* – dia de Saturno), sun-day (*sunday* – dia do Sol), moon-day (*monday* – dia da Lua). Aliás, a adoção, em português, da inicial maiúscula para os nomes dos planetas parece remontar à tradição de que os planetas seriam deuses.

Os judeus, apoiados nas Escrituras, tomaram o sábado como o dia do descanso, uma vez que fora o dia em que o Criador descansara; os cristãos assumiram o domingo como o dia do descanso, haja vista que fora em um domingo, no terceiro dia, que o Senhor ressuscitara. Por um decreto do imperador romano Constantino, em 321, adorador do deus Mithra, o deus do Sol, os sacerdotes, escribas e funcionários do alto escalão deveriam descansar aos domingo, *sun day*, *sunday*, o dia do Sol e não mais aos sábados, *saturn day*, *saturday*, dia de saturno. Isto agradou aos cristãos, que já descansavam aos domingo, *die dominica* Constantino fez mais: transmutou a celebração do Ano Novo, legado tradicional que advinha da Babilônia, do equinócio de primavera, que no hemisfério norte, inicia-se em 21 de março, para três dias após o solstício de inverno, 25 de dezembro, porque, naquela época, festejava-se "o nascimento do Sol para uma nova vida" (WHITROW, 2005, p. 22).

Todavia, como a Páscoa, na tradição mais antiga, significava a vitória do deus sobre o demônio, em cuja batalha os homens eram chamados para ajudar ao deus obter a vitória, era muito importante que ela fosse celebrada no dia certo. Em face disto, embora a Páscoa seja uma celebração lunar e, por isso, varia de data no calendário solar, a crucificação é tomada, pelos cristãos, como um evento único, *sui generis*, que, por sua especificidade, jamais voltará a ocorrer. Em conseqüência, para os cristãos, o tempo não é cíclico, mas linear.

Santo Agostinho (354-430), bispo de Hipona, em 395, vai viver sob a égide dessas influências. E é no livro XI de *Confissões*, uma mistura de autobiografia e de confissão a Deus das próprias calamidades, como mais tarde irá dizer Abelardo, e do pedido da graça para iluminar as curiosidades da razão, que Santo Agostinho desenvolveria mais nitidamente sua teoria psicológica e linear de tempo.

2 LOCALIZANDO A PROBLEMÁTICA

A obra *Confissões* de Santo Agostinho é constituída de treze livros, sendo que cada livro é subdividido em capítulos. Bertand Russell chama a

atenção para o fato de que raramente Santo Agostinho trata da Filosofia; mas, quando o faz, produz boa filosofia (RUSSELL, 1996, p. 53), e acrescenta que as traduções populares das *Confissões* iam até ao livro X, desprezando os três últimos. Em face disto, as traduções populares de *Confissões* deixavam de trazer a boa filosofia de Santo Agostinho.

Com efeito, no Livro XI, Santo Agostinho, ao analisar de que modo o céu e a terra foram criados por Deus, apresenta não apenas uma teoria do tempo, como também uma proposição da origem do mundo bastante diferente da proposição grega apoiada em Platão e em Aristóteles. De fato, para Platão e para Aristóteles, a matéria preexiste à ordenação do universo.

Platão, em *Timeu*, atribui a um Demiurgo, uma espécie de artesão divino versado em todas as artes, o ordenamento da matéria amórfica primordial. Agostinho, ao proferir, baseado em *Gênesis*, que Deus criou o universo do nada, apresenta algo que, embora estivesse presente nos textos teológicos judaico-cristãos, não havia ainda sido ventilado no âmbito da Filosofia. É que, para o grego, a acepção de que Deus houvesse criado o universo implicava uma necessidade de Deus, marca assaz de um não-deus, uma vez que, sendo perfeito, Deus não poderia vir a ter necessidade alguma. Então como explicar o ato criador de Deus?

Agostinho, nos dois primeiros capítulos, pede iluminação a Deus para que a parca *ratio* de que é dotado o homem possa encontrar uma resposta satisfatória, e perdão, se a empreitada levá-lo a incorrer em alguma blasfêmia. No terceiro capítulo, explica por que, ante o fato de não poder se encontrar com Moisés e conversar com ele em latim, é obrigado a recorrer a Deus, para, no quarto capítulo, asseverar que, uma vez que o céu e a terra existem e estão em constante mutação, não poderiam eles criar-se a si mesmos; logo, seriam obras de Deus.

A partir daqui, Agostinho vai examinar "de que modo criastes o céu e a terra?" e termina por se deparar com a tese maniqueísta "que Deus fazia antes da criação?". Ora, a boa filosofia não foge das questões, criando subterfúgios ou dirigindo pilhérias a quem as formula. Ao contrário, a boa filosofia as leva a sério, e as enfrenta. Vamos por partes.

3 COMO DEUS TIROU O CÉU E A TERRA DO NADA

"Mas de que modo criastes o céu e a terra?". Ora, o céu e a terra não poderiam ser criados no céu, porque o céu ainda não existia; nem na terra, porque a terra também não existia; nem nas águas nem no ar, porque estes elementos pertencem à terra e ao céu; nem poderia o universo haver sido criado no universo, porque não havia ainda espaço; o céu e a terra tampouco poderiam ter sido criados de alguma matéria, uma vez que matéria alguma havia. De modo que é forçoso concluir que o céu e a terra foram criados pela palavra de Deus.

Entretanto, que tipo de palavra foi usada para criar o céu e a terra? Não pode ter sido uma palavra que repercute e logo passa, pois, sendo Deus eterno, esse tipo de palavra não poderia provir dele. Haveria, então, um outro tipo de palavra que, ao ser pronunciada, fosse capaz de dar o ser à matéria com que Deus haveria de compor suas palavras? Ora, o verbo de Deus é coeterno a Deus e, por isso, nele tudo o que é pronunciado é simultâneo e eterno, e imediatamente se realizará. Assim, nesse verbo, não há diferença entre dizer e criar. É, pois, esse verbo o princípio pelo qual o céu e a terra foram criados.

Uma vez explicado como o céu e a terra foram criados, Agostinho, de repente, vê-se diante de algumas questões maniqueístas: 1) Como pode haver eternidade, se no próprio Deus, ser eterno por excelência, passou a existir uma vontade que antes não havia? Agostinho responde que a vontade de Deus não é uma criatura, uma vez que já existia em Deus antes de qualquer criatura, e somente se materializa sob os auspícios do verbo. 2) O que Deus fazia antes da criação? Agostinho responde que não tratará questão tão séria recorrendo a pilhérias, como fizera outrem, dizendo que preparava o inferno para quem quisesse saber dos mistérios de Deus; antes, prefere examinar a questão: a) Deus não fazia coisa alguma, haja vista que, antes da criação, criatura nenhuma havia sido criada; b) como poderia haver o antes ou o depois quando não havia ainda a criação? É que, sendo Deus eterno, não pode haver para Ele tempo passado ou tempo futuro, mas unicamente um tempo eternamente presente. Sendo,

porém, anterior a todos os tempos, não é no tempo que Deus precede ao tempo, pois é da natureza do tempo o decorrer, e o que decorre implica que teve uma origem, um nascimento. Ora, Deus não teve uma origem; logo, nenhum tempo é coeterno a Deus.

4 ESPECULAÇÕES AGOSTINHANAS DO TEMPO

Em que consiste, então, a natureza do tempo? Por outras palavras, o que é o tempo? Agostinho percebe a dificuldade e hesita. E, quase como falando para si mesmo, sussurra que, se ninguém lhe fizesse esta indagação, acreditaria que saberia intuitivamente o que é tempo, mas se fosse indagado já não saberia responder.

Acredita-se, porém, que o tempo é constituído de passado, presente e de futuro. Mas como pode o passado existir, se ainda não é? Como pode o futuro existir, se ainda não é? Como pode o presente existir, se é constituído de átimos fugazes do agora, a ponto de o agora de agora já não mais ser agora? Em conseqüência, como pode o tempo existir, se ele tende ao não ser?

Não obstante isto, dizemos que há tempos breves e tempos longos, referindo-nos tanto ao passado quanto ao futuro. Contudo, como o passado e o futuro não existem, não pode haver tempos breves ou tempos longos no passado ou no futuro. Mas pode ser que tempos breves e longos só existam no presente, enquanto ainda são presentes. Todavia, pode o tempo presente ser breve ou longo? Cem anos podem ser presentes? Se estiver no primeiro ano, só este é presente; os noventa e nove anos restantes não podem ser presentes, porque ainda estão no futuro. Se estiver num ano intermediário, os anos que passaram são passados, e os anos que estão por vir são futuros. Se estiver no último ano, noventa e nove anos são passados. O que dizer de um ano, pode ser presente? Se estiver no primeiro mês, os onze meses restantes estão no futuro; se estiver num mês intermediário, há meses passados e meses futuros; se estiver no último mês, onze meses já são passados. Um dia pode ser presente? Se estiver na primeira hora, vinte e três horas estão no futuro; se estiver numa hora intermediária, há horas

no passado e horas no futuro; se estiver na última hora, as demais horas já fazem parte do passado. Uma hora pode ser presente? Se estiver no primeiro minuto, cinqüenta e nove minutos estão no futuro; se estiver num minuto intermediário, há minutos no passado e minutos no futuro; se estiver no último minuto, cinqüenta e nove minutos já estão no passado. Ora, só pode ser presente o intervalo de tempo que não pode mais ser dividido. Mas o tempo presente voa rapidamente do futuro para o passado, que termina por não ter duração. Logo, o tempo presente é destituído de extensão.

Mas, como poderia alguém negar que o tempo não seja constituído de tempo passado, tempo presente e de tempo futuro? Haveria, então, um lugar para as coisas passadas e um lugar para as coisas futuras diferente do lugar para as coisas presentes? Ou seja, o tempo futuro procede de algum lugar oculto, quando do futuro se faz presente? O tempo passado vai para algum esconderijo, quando do presente se faz passado? Ora, onde quer que estas coisas estejam, elas, enquanto lá estiverem, não estão no passado nem no futuro, mas no presente. Em conseqüência, há o presente das coisas passadas, o presente das coisas futuras, o presente das coisas presentes, de modo que o tempo se origina no futuro, caminha pelo presente e se dirige ao passado. Em outros termos, nasce naquilo que ainda não existe, atravessa aquilo que é desprovido de dimensão, e se dirige para aquilo que já não mais existe. Entretanto, como diminui o futuro, se ainda não existe? Como aumenta o passado, se já não é mais?

Todavia, apesar de tudo isto, nós conseguimos medir o tempo. Como, então, medimos o tempo? Alguns confundem o tempo com o movimento dos astros, mas quando Josué mandou parar o Sol, este parou, e não o tempo. Logo, tempo e movimento dos astros são coisas completamente distintas. Então, como medimos o tempo? Não medimos o tempo nem a coisa que dura, mas unicamente a impressão da coisa percebida produzida na memória, de modo que, a partir do que está na memória, podemos vislumbrar o que vai ocorrer no futuro; como ocorre que, ao vermos a aurora, logo dizemos que o Sol vai surgir no horizonte, e trazemos para o presente as coisas passadas, como lembranças de um fato ocorrido e por nós presenciado. Assim, lembranças das coisas passadas e expectação das coisas

futuras são elaborações que dependem da memória presente. Não obstante a natureza fugaz do tempo, é graças ao tempo que os meros mortais podem ter a experiência da eternidade de Deus, pois é pela presença, em nós, da memória que o tempo nos dota de um certo vestígio da eternidade.

REFERÊNCIAS

RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967, vol. 2.

SANTO AGOSTINHO. Livro XI. In: **Confissões**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

WHITROW, G. J. **O Que é tempo:** uma visão clássica sobre a natureza do tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.